

Parecer nº 087/2024-CJL/CMS

Interessado: Departamento de Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Santarém

Assunto: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2024-CMS

1. RELATÓRIO

Trata-se de requerimento advindo do Setor de Licitações, para análise e pronunciamento, sob o aspecto jurídico-formal, da Minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2024-CMS, Processo Administrativo nº 015/2021-CMS, para a prorrogação do prazo de vigência contratual.

O referido contrato tem como objeto *“a contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições individuais tipo marmitex, lanches e coquetel, com variação de cardápio, para atender as necessidades da Camara Municipal de Santarém”*.

O fato gerador do presente Termo Aditivo deu-se a partir da solicitação de prorrogação contratual do contrato nº 048/2024-CMS (fls. 377). Os autos, contendo 1 (um) volume, numerado e rubricado em folhas de 1 (um) à 392 (trezentos e noventa e dois), encontrando-se instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

1. Aceite do termo aditivo prorrogação contratual (fls. 378);
2. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista (fls. 380 a 386)
3. Justificativa (fls. 388);
4. Minuta do 1º termo aditivo (fls. 389)
5. Solicitação de parecer jurídico referente ao termo aditivo (fls. 392)

É o breve relatório.

Em análise da documentação encaminhada, cumpre elaborar as seguintes considerações.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, a presente análise está limitada aos aspectos jurídicos que permeiam a solicitação objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros e/ou orçamentários não abrangidos pela alçada deste Departamento.

Da análise dos autos, entende-se que o objetivo principal do termo aditivo é a prorrogação de vigência contratual *em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de refeições individuais tipo marmitex, lanches e coquetel, com variação de cardápio, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santarém*, procedendo-se o reajuste do valor do contrato, conforme Contrato Administrativo, convencionando a prorrogação do prazo de vigência por mais 7 meses contados a partir da assinatura do aditivo.

2.1 Da norma de regência: art. 107 da Lei 14.133/21

Ressalta-se que os textos, documentos e comprovantes em análise, sob o ângulo jurídico-formal, estão de acordo com as exigências legais relacionadas ao ato em espécie, notadamente o art. 107 da Lei nº 14.133.

Pois bem, o expediente em análise tem por objeto **a prorrogação do prazo de vigência do contrato, em razão da necessidade de continuidade** do fornecimento de refeições individuais tipo marmitex, lanches e coquetel, com variação de cardápio, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santarém.

A Lei nº 14.133 admite a alteração dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 107, com a possibilidade promover prorrogações sucessivas, até o limite de 10 anos, conforme abaixo:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Considerando toda a fundamentação apresentada acima, pode-se perceber com certa clareza a plena possibilidade de se realizar aditivo de contrato, com fundamento na necessidade de continuidade do fornecimento de refeições, observando, contudo, o limite de vigência de 10 anos para prorrogações sucessivas (o qual é respeitado no presente caso, já que se trata do 1º termo aditivo do referido contrato e prorroga a vigência para apenas 7 meses).

Além disso, o aditivo contratual revela-se aparentemente mais vantajoso ao presente caso, na medida em que se manterá o mesmo fornecedor que vem atendendo regularmente este objeto, se economizará tempo com a não realização de todo um certame para atender a mesma necessidade, estando com respaldo legal para assim se proceder. Além disso, revela-se urgente para se garantir a continuidade do bom funcionamento da Casa, notadamente durante o regime de transição entre mandatos de gestor administrativo nos anos de 2024 e 2025.

2.2 Da natureza contínua do serviço

Segundo o art. 6º, VX, da Lei 14.133/2021, XV, serviços e fornecimentos contínuos são serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Como ensina JOEL DE MENEZES NIEBUHR, para que um serviço seja tido por contínuo faz-se necessário, antes de mais nada, que seu conteúdo jurídico seja uma obrigação de fazer e não uma obrigação de dar, como é próprio das aquisições. Afirma, ainda, o renomado autor:

“Em abordagem inicial, **serviços contínuos**, como o próprio nome revela, **são aqueles prestados sem interrupção, sem solução de continuidade**. Portanto, serviços que são prestados eventualmente não são qualificados como contínuos. Todavia, para qualificar serviço como contínuo não é necessário que o prestador do serviço realize algo em favor da contratante diariamente. Por exemplo, serviços de manutenção

de bens móveis ou imóveis são qualificados como contínuos, muito embora não seja usual necessitar os préstimos do contratado diariamente. Então, a rigor, **serviços contínuos são aqueles em que o contratado põe-se à disposição da Administração de modo ininterrupto, sem solução de continuidade.** Em vista disso, pode-se dizer que, **em regra, os serviços contínuos correspondem à necessidade permanente da Administração, a algo que ela precisa dispor sempre,** ainda que não todos os dias.”¹

Nesse contexto, “a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita”².

A rigor, cabe à própria Administração Pública, diante do caso concreto, caracterizar que o serviço que se busca contratar tem natureza continuada. Dessa forma, não caberia a esta Coordenadoria Jurídico-Legislativa definir a “continuidade” do serviço, mas tão somente realizar um controle sobre de que modo a Administração desta Casa interpreta o conceito de continuidade, para o fim de coibir eventuais excessos ou imprecisões técnicas.

2.3 Regularidade fiscal e jurídica

Com relação à comprovação da regularidade fiscal da contratada, foram acostadas certidões referentes à regularidade fiscal da empresa (fls 380 a 386). Como se sabe, tal condição de regularidade para contratar com ente público é exigência contida na Constituição Federal, em seu art. 195, § 3º, e deve ser observada não só quando da celebração contratual originária, mas em todo e qualquer aditivo contratual que importe em renovação. Portanto, conforme apresentado, entende-se pela regularidade das certidões e consequente seguimento do contrato.

2.4 Dos termos do Ato da Mesa Diretora nº 001/2024

O Ato da Mesa Diretora nº 001/2024 disciplina a aplicação da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Santarém.

No Anexo II do referido ato, há disposições regulamentares referentes à prorrogação do prazo de vigência e de execução dos contratos. Em análise dos dispositivos e dos presentes autos administrativos, tem-se que:

- a) A prorrogação de vigência dos contratos administrativos celebrados pela Câmara Municipal de Santarém será precedida de reavaliação para se demonstrar a vantagem na continuidade do ajuste (art. 78). Nesse caso, poderão ser utilizadas, para verificação da vantajosidade, além das fontes previstas no

¹ NIEBURH, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp. 727-728.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 949.

art. 2º do Anexo V do Ato da Mesa nº 001/2024, contratações realizadas pelo fornecedor com outras entidades, públicas ou privadas. (art. 78, §1º)³.

- b) Segundo art. 79, §1º, é a documentação básica para instrução de prorrogação contratual: (1) Justificativa detalhada para a manutenção do contrato; (2) formalização da concordância da contratada quanto à prorrogação; (3) pesquisa de preços, observado o disposto no art. 10 deste Anexo; (4) manifestação acerca da vantajosidade da prorrogação, subscrita preferencialmente pelo Órgão Técnico; (5) Mapa de Riscos, quando couber.

Chama-se, assim, atenção à ausência da demonstração de vantagem na continuidade do ajuste (art. 78) e pesquisa de preços, observado o disposto no art. 10 do Anexo II do Ato da Mesa Diretora nº 001/2024.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, obedecidas as demais regras contidas no art. 107 da Lei Federal nº 14.144/21 e do Ato da Mesa Diretora nº 001/2024, entende-se pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 7 meses, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de refeições, desde que observados os comentários feitos no item 2.4 desse opinativo.

É o parecer, ora submetido à apreciação.

Santarém, 16 de dezembro de 2024

ALEXANDRE MARTINS MARIALVA

Procurador Jurídico

Câmara Municipal de Santarém

Mat. 120549-8

³ Caso seja mais vantajosa para a Câmara Municipal de Santarém a realização de novo procedimento licitatório, mas não haja tempo hábil para a conclusão da licitação sem prejuízo à continuidade do fornecimento do produto ou serviço de interesse da Câmara Municipal de Santarém, o contrato poderá ser, justificadamente, prorrogado pela autoridade competente (art. 78, §2º). Nessa hipótese, deverá constar do termo aditivo formalizando a prorrogação a previsão de cláusula resolutiva de vigência em razão do início da execução do contrato decorrente do novo procedimento licitatório (art. 78, §3º)